

ANÁLISE JURÍDICA

Projeto de Lei nº 25/2025, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 2.122, de 19 de dezembro de 2005, e dá outras providências.

O Projeto atende formalmente aos requisitos previstos no art. 131, do Regimento Interno.

I- REGIME DE TRAMITAÇÃO:

O Projeto deverá ser submetido ao rito processual legislativo

Ordinário.

II- COMISSÕES PERMANENTES COMPETENTES:

Nos termos do art. 50, do Regimento Interno, opinamos para que sejam ouvidas a <u>Comissão de Finanças</u>, <u>Orçamento e Gestão Pública</u>, a <u>Comissão de Saúde</u>, <u>Esporte</u>, <u>Lazer e Desenvolvimento Social</u>, a <u>Comissão de Educação</u>, <u>Cultura</u>, <u>Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade</u>, e a <u>Comissão de Justiça</u>, <u>Redação</u>, <u>Ética e</u> Cidadania.

III- QUÓRUM E PROCESSO DE VOTAÇÃO:

Nos termos do inciso II, do art. 161, do Regimento Interno, o quórum para deliberação deve ser tomado por <u>maioria simples</u> de votos dos membros da Câmara, por meio de <u>processo de votação simbólico</u>, consoante disposição regimental prevista no inciso I, do art. 163.

Palmital, 18 de março de 2025.

(assinado digitalmente) **Márcio Junior de Oliveira**Procurador Jurídico